

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 606 - Brasília, quarta-feira, 10 de dezembro de 1997

Senado prorroga vigência da CPMF até janeiro de 1999

Proposta do Executivo é aprovada em meio a polêmica: vários senadores lamentam que a arrecadação extra não tenha gerado uma melhoria no setor de saúde. Matéria agora será enviada à sanção do presidente da República

Projeto de lei aprovado ontem pelo plenário do Senado prorroga a vigência da CPMF por 24 meses, a partir de janeiro de 1997. A proposta, de iniciativa do Executivo, já havia sido aprovada pela Câmara e destina os recursos arrecadados ao setor de saúde. A matéria provocou grande polêmica no plenário. O relator, senador Waldeck Ornelas, argumentou que a Saúde requer especial atenção por parte do Executivo e do Legislativo. Vários senadores lamentaram que a arrecadação extra não tem sido acompanhada de uma melhoria do setor. **Página 3**

No plenário, senadores contrários à prorrogação da CPMF se manifestam durante a votação. Antes, houve um prolongado debate sobre a matéria

Comissão aprova o parecer final sobre Orçamento de 98

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna, aprovou ontem à tarde o relatório final apresentado pelo deputado Aracely de Paula com o substitutivo à proposta do Orçamento da União para o próximo ano. Até o fechamento desta edição, as bancadas federais dos estados estavam reunidas para discutir as emendas destacadas. **Páginas 4 e 5**

Senadores têm propostas para rádio e televisão

A comissão do Senado que estuda a programação de rádio e TV no país aprovou ontem seu relatório final, com várias sugestões. **Pág. 2**

Diretores da Aneel são aprovados

Por unanimidade, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou as mensagens do presidente da República submetendo à apreciação do Senado a a escolha de nomes de diretores da recém-criada Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A decisão ainda depende de deliberação do plenário da Casa, o que deverá ocorrer esta semana. **Página 7**

Freitas Neto, entre os dois indicados para a Aneel, preside a Comissão de Infra-Estrutura

Aprovado relatório final. Idéia é garantir programação de melhor qualidade que sirva para formar e informar o cidadão brasileiro

Comissão tem proposta para mudar rádio e TV

A Comissão Temporária de estudo da programação de rádio e TV no país, presidida pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI), aprovou seu relatório final. Dentre as recomendações, estão: a instala-

ções; que a lei coíba a transformação da TV aberta em cassino nacional, através de sorteios; e, ainda, que a lei reprima a utilização das frustrações e das fantasias sexuais para fins mercantis e a utilização da violência para fins de audiência.

O relatório sugere também que a Rádio e a TV Senado cuide de suprir a população com informações sobre debates e conteúdos de comissões parlamentares cujos temas sejam boicotados pela grande imprensa, por lhes ferir interesses corporativos, e que se crie um conselho de ética da televisão, para coibir abusos por esta cometidos.

O senador Pedro Simon

(PMDB-RS), relator da matéria, disse que o objetivo da comissão foi o de verificar as condições existentes para a apresentação de propostas concretas e criativas, no sentido de ensinar uma melhor qualidade da programação de rádio e TV dos próximos anos. Para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), vice-presidente da comissão, os senadores estudaram "um dos maiores e mais complexos problemas da sociedade", pois trata-se "da informação e da formação do cidadão". Segundo ele, as escolas e centros comunitários deveriam preparar as crianças e adolescentes para que consigam uma consciência crítica frente às informações recebidas através dos meios de comunicação, criando, assim, "uma alternativa de defesa para impedir os ataques recebidos pelos excessos de violência e sexo na TV".



O senador Romeu Tuma (E) presidiu a reunião de ontem da comissão

CRE aprova nome do embaixador na Bélgica

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na tarde de ontem, em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o nome do ministro Márcio Paulo de Oliveira Dias, do

quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Bélgica.

Antes da votação, Oliveira Dias foi sabatinado pelos membros da comissão.



Coral faz Concerto de Natal

O Coral do Senado (foto) apresentou ontem no Salão Negro do Congresso o seu Concerto de Natal. A regência foi da maestrina Glicínia Mendes, com acompanhamento de vári-

os músicos de Brasília. O clima de confraternização foi reforçado com a participação, em algumas peças, de um coro infanto-juvenil formado por filhos de funcionários da Casa.



Napoleão (E) e Simon coordenaram a votação

ção imediata do Conselho de Comunicação Social: que a TV brasileira tenha 30% de programação local para resgatar a cultura regional; que se estabeleça um mecanismo de controle sobre as progra-

mas sejam boicotados pela grande imprensa, por lhes ferir interesses corporativos, e que se crie um conselho de ética da televisão, para coibir abusos por esta cometidos.

O senador Pedro Simon

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

11h - Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro da Administração Federal e Reforma do Estado

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

18h30 - Lançamento do livro *Pedro Aleixo, Jornalista*. Espaço Cultural da Câmara dos Deputados

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Hora do Expediente - será dedicada a comemorar o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Requerimento nº 383/97, da senadora Benedita da Silva e outros)

Oradores inscritos: Benedita da Silva, Júlio Campos, Sebastião Rocha, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy e Abdias Nascimento

Pauta: *PLC nº 39/96 - acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e quarto dia de discussão da *PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 181/97 - autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas; *PEC nº 15/95 - acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição federal; *PEC nº 2/95 - altera dispositivos que menciona da Constituição federal; *PEC nº 52/95 - suprime o parágrafo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 11/96 - altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; *PLS nº 230/95 - dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; *PLC nº 107/96 - altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços

notariais e de registro; *PLC nº 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar; *PLC nº 103/96 - altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; *PEC nº 64/95 - dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal; *PLS nº 65/97 - altera artigos da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992; *PLC nº 32/97 - altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e *PEC nº 32/96 - altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Especial para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 100/96 - dispõe sobre o serviço voluntário; *PLS nº 146/97 - dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares; *PLS nº 328/95 - dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico; *PLS nº 332/95 - dispõe sobre a criação de comissões intersindicais de conciliação (CICs); e *PLS nº 85/97 - acrescenta dispositivos ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

11h30 - Comissão Especial Habitat 2

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, acerca dos possíveis efeitos da Lei nº 1.064, recém-promulgada na República do Paraguai, e a posição adotada pelo governo brasileiro em relação ao assunto. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

O Senado aprovou projeto de lei, de iniciativa do presidente da República e já votado na Câmara, ampliando para 24 meses, a partir de janeiro de 1997, o período de incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

Prorrogada a CPMF até janeiro de 1999

O Senado aprovou projeto de lei, de iniciativa do presidente da República e já votado na Câmara, ampliando para 24 meses, a partir de janeiro de 1997, o período de incidência da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Na mesma sessão, reduziu a zero a alíquota da CPMF nos lançamentos em contas correntes de depósito dos fundos de investimento.

O relator da matéria, Waldeck Ornelas (PFL-BA), argumentou que a saúde, setor para o qual essa contribuição é legalmente destinada, tem requerido especial atenção tanto por parte do Legislativo como do Executivo. "Ademais, há clara insuficiência de recursos fiscais, como bem demonstra o recente conjunto de medidas baixado para promover o ajuste das contas

públicas da União."

O primeiro a insurgir-se contra a prorrogação da CPMF foi o senador Levy Dias (PPB-MS), argumentando que, apesar de essa iniciativa ter propiciado a arrecadação de R\$ 7 bilhões, a Saúde no Brasil continua em situação precária. O senador Eduardo Dutra (PT-SE) observou que o governo retira da área exatamente os recursos orçamentários equivalentes ao arrecadado pela CPMF, daí por que a precariedade da Saúde continua a mesma.

Alegando que a arrecadação de R\$ 7 bilhões não significou um centavo a mais em investimentos no setor neste ano, ele apresentou emenda obrigando o governo a acrescentar aos gastos globais do Ministério da Saúde em 1998 quantia equivalente à arrecadada com a cobrança da CPMF. Mas, por 29



Waldeck Ornelas: atenção à Saúde votos contrários e 20 a favor, sua emenda foi rejeitada.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a CPMF seria um imposto justo, desde que o governo o utilizasse em investimentos na área de saúde. Ele afirmou que, se o governo utilizasse corretamen-

te os recursos nesse setor, a dotação orçamentária para em 1998 seria de R\$ 24 bilhões e não de R\$ 18 bilhões.

Sebastião Rocha (PDT-AP) lembrou que a CPMF foi criada exatamente para melhorar a qualidade dos serviços públicos de saúde, mas "infelizmente permitiu ao governo a grande descoberta de que o dinheiro poderia ser utilizado para melhorar o desempenho das finanças públicas". O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que o Senado aprovasse a emenda de Eduardo Dutra, alegando que, do contrário, prorrogar a CPMF seria inútil.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que votaria favoravelmente à prorrogação apenas porque não via outra alternativa: e a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) indagou se a vida das pessoas que dormem

nas portas dos hospitais à espera de atendimento "não tem nenhum valor para este governo". Roberto Freire (PPS-PE) chamou a atenção para o fato de que o Legislativo teve a oportunidade de discutir esse imposto como uma contribuição permanente, mas preferiu encará-lo como coisa provisória.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também disse que preferia estar discutindo um projeto definitivo para a Saúde, visto que, em sua opinião, há um descrédito generalizado na sociedade com a arrecadação dessa contribuição. Também pediu que o Senado votasse a favor da emenda de Eduardo Dutra, argumentando que essa era uma oportunidade valiosa de tornar essa cobrança justa. Mas o projeto passou e a emenda foi rejeitada.

Senado autoriza rolagem de dívida de MG e SP

O Senado aprovou ontem dois projetos autorizando os governos de Minas Gerais e de São Paulo a rolagem suas dívidas em papéis públicos. O governo de Minas poderá elevar temporariamente seus limites de endividamento para emitir letras financeiras cujos recursos serão destinados ao giro da dívida vencível no primeiro semestre de 1998. São Paulo foi autorizado a fazer ofertas públicas de papéis para girar sua dívida vencível neste mês de dezembro.

Vários parlamentares contestaram a possibilidade de o Senado autorizar a rolagem de dívidas de estados que descumpriram limites e parâmetros da Resolução 69/95 da Casa. Embora considerando graves as irregularidades apontadas, os relatores destacaram o esforço dos estados em reduzir despesas. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) lembrou a CPI dos Precatórios e a difícil situação em que o Senado ficou por não aplicar as recomendações do Banco Central. O senador também observou que "ou a Resolução 69/95 tem o objetivo de controlar o endividamento público ou então é letra morta".



Sob a presidência de ACM, plenário aprovou giro de dívidas em papéis públicos

Ele lastimou que 90% da dívida pública brasileira seja da responsabilidade de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) considerou promissor ouvir a argumentação. "Eu pensei que essa teimosia em obedecer às resoluções do Senado estivesse ficando a cargo apenas de alguns senadores", comentou. E sugeriu que, se o Senado deseja evitar esses endividamentos, deve então suspender as resoluções que os disciplinam.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) alegou que quase todos os estados enfrentam momentos difíceis, passando a ler

informações sobre as dificuldades enfrentadas por Minas. A senadora Júnia Marise (PDT-MG) lembrou a situação quase falimentar de estados e municípios, mostrando que o parecer de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator do endividamento de MG, mostrava o significativo esforço do governo em enquadrar-se na Resolução 69.

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu que o Senado não se transforme "na chancelaria das aprovações ilegais, revogando a legislação feita pela própria Casa". Ele considerou que o pedido de rolagem da dívida de MG é "absolutamente irregular e

como tal tem que ser indeferido". O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) disse que não sentia a vontade em favorecer a rolagem: "O parecer do BC é muito claro no que se refere a inadimplência". Lúcio Coelho (PSDB-MS) lembrou que frequentemente o Senado vota medidas retirando recursos da sociedade geradora de riquezas, sendo generoso com os gastos públicos. "Não me sinto com moral para votar medidas que retirem ganhos do setor produtivo e dos trabalhadores, para dar continuidade ao endividamento dos estados. Voto contra." Bello Parga (PFL-MA) afirmou que a decisão sobre esse endividamento tinha que ser política, porque são estados que estão pedindo socorro.

Relator da rolagem da dívida de SP, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) argumentou que esse estado foi prejudicado por uma dupla contagem no seu endividamento. Vilson Kleinlibing (PFL-SC) explicou que o Senado já havia autorizado o contrato de re-

gociação da dívida de SP. Portanto, se o Senado rejeitasse essa rolagem, o estado ficaria impedido de pagar até os 2% a que está obrigado, a título de amortização.

Foi aprovado projeto relatado por Ney Suassuna (PMDB-PB) autorizando a União a celebrar contrato de financiamento com a empresa húngara Medicor Comercial S.A. no valor de US\$ 50 milhões, destinados às Organizações Militares de Saúde do Ministério do Exército. E também projeto relatado por Jonas Pinheiro (PFL-MT) autorizando a prefeitura municipal de Anchieta (ES) a realizar operação de crédito junto à CEF, no valor de R\$ 350 mil, cujos recursos, oriundos do FGTS, serão destinados à construção de unidades habitacionais no Conjunto Padre José de Anchieta, naquele município. Em sessão secreta, o Senado aprovou os nomes dos seguintes embaixadores: Oto Agripino Maia, para o Reino do Lesoto; Helder Martins de Moraes, para as Repúblicas de Moçambique, Seychelles, Tanzânia, Madagascar e Reino da Suazilândia; Bernardo Pericás Neto, para o Paraguai; e Guilherme Fausto da Cunha Bastos, para a Síria.

A proposta orçamentária prevê crescimento de 4% do PIB e inflação de 6% no ano que vem. O presidente da comissão, Ney Suassuna, anunciou as votações de créditos adicionais para hoje e amanhã, em sessões conjuntas do Congresso

Comissão Mista de Orçamento aprova parecer final

Suplicy aponta desemprego recorde em SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem em plenário os resultados da pesquisa da Fundação Seade/Dieese que apontam um índice de desemprego de 16,5% em São Paulo - o maior desde 1984 - e um corte de 16.328 postos de trabalho pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em novembro. Considerando que esse quadro se repete nas demais regiões do país, disse que enviou pedidos de informação à área econômica do governo sobre a destinação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Suplicy afirmou que a queda de 0,9% na oferta de trabalho na indústria paulista foi a maior redução verificada nos últimos 15 meses, sendo que, entre janeiro e novembro de 1997, o setor perdeu 94.065 postos. Segundo o senador, na cidade de Franca, interior de São Paulo, de janeiro a novembro deste ano, conforme dados do Sin-



Suplicy: FAT pode prejudicar, ao invés de ajudar

dicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados, mais de 5 mil postos foram extintos.

Suplicy encaminhou requerimento de informações à Mesa solicitando do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e ao BNDES explicações sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que advém do PIS-Pasep. Suplicy quer saber quais os financiamentos concedidos pelo banco, de janeiro de 95 até hoje, que tiveram como fonte verbas desses programas. Ele pede também que sejam listadas as fontes de captação de recursos do BNDES e o total captado entre 93 e 97.

O senador indaga ainda

quais os efeitos desses financiamentos sobre o nível de emprego, "tendo em conta que muitas vezes os empréstimos foram efetuados para viabilizar, nas empresas, transformação tecnológica que resultou na redução da força de trabalho".

- Recentemente, o BNDES colocou à disposição de grupos econômicos privados financiamentos a taxas de juros mais baixas para que adquirissem ações de empresas estatais, ou suas próprias ações na bolsa de valores. Nosso objetivo é acompanhar a correta utilização de recursos que são captados em nome dos trabalhadores" - afirmou.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem à tarde o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), à proposta orçamentária para 1998, sem prejuízo dos destaques. Até o fechamento desta edição, as bancadas dos respectivos estados estavam reunidas para a discussão das emendas destacadas (veja matéria na página 5).

Além do Bloco de Oposição na Câmara, que apresentará voto em separado, seis deputados também votaram contra o relatório. Foram destacadas 534 emendas, além de 108 que não obedecem ao dispositivo 23.1 do parecer preliminar do Orçamento de 1998. Esse dispositivo proíbe que o relator-geral apresente emendas que impliquem a inclusão de novos subprojetos ou subatividades, ressalvada a correção de erros materiais e omissões legais

Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que a imprensa divulgou ontem, "equivocadamente", que o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, havia comparecido segunda-feira à comissão mista para pedir urgência na votação do Orçamento: "Pelo contrário, ele esteve aqui para parabenizar a comissão, porque ela está cumprindo o cronograma de votação da proposta orçamentária, o que não acontecia em muitos anos", afirmou.

A proposição prevê que os orçamentos fiscal e da seguridade social somam R\$ 437,9 bilhões, incluindo o refinanciamento da dívida pública. Quanto ao orçamento de investimentos das empresas estatais,

a proposta fixa o valor em R\$ 16,5 bilhões. A proposta orçamentária estima uma taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao redor de 4%, e uma inflação em torno de 6%.

Suassuna comunicou à comissão que hoje e amanhã serão realizadas as votações de créditos adicionais em sessão conjunta do Congresso. Ele alertou que ontem foi o último dia para os relatores dessas matérias entregarem os pareceres e os que não o fizessem seriam substituídos.

Nesse sentido, o líder do governo no Congresso, senador José Rober-



Ney Suassuna desmentiu os jornais

to Arruda (PSDB-DF), fez um apelo aos líderes dos partidos para que concordem com a inclusão, na pauta da sessão de amanhã, da apreciação dos créditos adicionais, evitando assim que o Legislativo entre em recesso antes de votá-los.

Por sua vez, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitou que as obras de irrigação de Aracaru, no interior do Ceará, fossem excluídas do quadro de obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU), credenciando-as para receber dotações orçamentárias. O relator-geral, Aracely de Paula, no entanto, esclareceu que seguiria as instruções do Tribunal de Contas.

Simon quer melhorar segurança em vôos

Projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determina que somente aviões multimotores e com tripulação constituída de comandante e co-piloto poderão realizar vôos por instrumentos e noturnos. A matéria está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde será apreciada em caráter terminativo.

A proposição estende às aeronaves da denominada aviação geral a obrigatoriedade da presença de dois pilotos. "O piloto automático não vê, não ouve, não fala; sobretudo não pensa, nem decide", alega o senador.

Simon destaca, na justificativa do projeto, entre os fa-



Simon: vôo de monomotor sem dois pilotos aumenta o risco de acidentes

ttores que podem comprometer a segurança dos vôos, a permissibilidade para que aeronaves monomotoras voem sob condições meteorológicas adversas ou à noite, a não-obrigatoriedade de tripulação com dois pilotos e o risco de incapacitação súbita do comandante, por motivos de saúde.

Pedro Simon argumenta que no transporte regular, em linhas internacionais, domésticas e regionais, as tripulações são constituídas por, pelo menos, dois pilotos. Conforme o senador, o mesmo acontece com o transporte de táxi aéreo, de acordo com exigência do Departamento de Aviação Civil.

Aracely de Paula destaca cumprimento do prazo

O relator-geral do Orçamento, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), destacou em seu relatório que, diversamente do que vinha ocorrendo nos últimos anos, o projeto da lei orçamentária para 1998 foi votado pelo Congresso antes do encerramento da sessão legislativa, cumprindo-se o prazo previsto na Constituição. Disse ainda que o trabalho foi desenvolvido com cuidado, serenidade e observância da legislação, fazendo com que o produto final reflita as prioridades nacionais.

Os orçamentos fiscal e da seguridade social somam R\$ 438 bilhões na proposta. Deduzido o refinanciamento da dívida pública federal, no montante de R\$ 173,1 bilhões, o orçamento assim ajustado se reduz a R\$ 264,9 bilhões. Globalmente, estes números sofreram pequenas alterações enquanto o projeto de lei tramitou no Congresso, elevando o valor total dos orçamentos fiscal e da seguridade social para R\$ 438,6 bilhões, principalmente em decorrência do ajuste efetuado nas despesas com saúde.

Com respeito aos juros e encargos da dívida, o relator considera que chamam a atenção,

na mensagem que encaminhou a proposta orçamentária, as despesas com juros reais em regime de competência, que alcançaram cerca de 2,25% do PIB, em 1998, revertendo a tendência ligeiramente declinante observada em 1997 (1,87% do PIB) comparativamente a 1996 (1,97%). Tais despesas chegarão a R\$ 21 bilhões, crescendo quase um terço, em termos nominais, em relação a 1997 (revisão do Orçamento). Na proposta encaminhada em agosto de 1997, a expectativa era de uma queda da taxa de juros real de 12,2% em 1997 para 11,8% em 1998. A grande elevação das taxas de juros, no final de outubro, certamente ampliará essa despesa.

Pelo relatório, as despesas com juros (nominais, incluindo os pagamentos intragovernamentais) na proposta de 1998 seriam de R\$ 37,2 bilhões, superiores em 46% ao previsto no Orçamento de 1997. Desse total, R\$ 2,9 bilhões seriam pagos com recursos ordinários do Tesouro Nacional (fonte 100), R\$ 28,8 bilhões referem-se a juros e encargos da dívida interna (R\$ 23,4 bilhões correspondentes à dívida pública mobiliária) e R\$ 8,3 bilhões são relativos à dívida externa.

Bancadas debatem suas emendas com relator

O deputado Aracely de Paula (PFL-MG), relator-geral da proposta orçamentária para 1998, reuniu-se com os membros das bancadas federais dos estados durante parte da tarde de ontem, período em que não houve atividade no plenário da comissão. O encontro com a representação parlamentar de cada estado teve duração média de 10 minutos, tempo considerado suficiente para que deputados, senadores e a relatoria chegassem a um consenso sobre as chamadas emendas de bancada.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao sair da reunião, disse que "Sergipe não tem do que reclamar" quanto ao volume de recursos obtido junto à

Comissão Mista de Orçamento. O projeto de lei do Orçamento, de iniciativa do Executivo, previa a liberação de montantes da ordem de R\$ 5 milhões, "mas a bancada foi contemplada com mais R\$ 83 milhões além do previsto", comemorou.

- Ao contrário do ano passado, quando não houve qualquer tipo de entendimento por parte da bancada, agora o acordo de bancada foi altamente benéfico para Sergipe - acrescentou.

Valadares disse que não apenas o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), mas sobretudo o deputado Aracely de Paula "foi extremamente sensível com os interesses de Sergipe, principalmente por se tratar de um estado nordestino".



Na CAE, os senadores insistem na necessidade de documentos adicionais para examinar o pedido do Paraná

Solicitação de vistas de Requião e Jucá transfere para hoje a decisão sobre três empréstimos externos ao estado do Paraná

CAE autoriza operação para ajuste de Mato Grosso do Sul

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em reunião extraordinária realizada na noite de ontem, sob a presidência dos senadores José Serra (PSDB-SP) e Bello Parga (PFL-MA), pedido do governo do Mato Grosso do Sul para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 40 milhões.

O pedido teve como relator o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), e os recursos oriundos dessa operação destinam-se ao financiamento do Programa Especial de Incentivo ao Desligamento Vo-

luntário do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul.

Atendendo pedido de vistas apresentado pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Romero Jucá (PFL-RR), a CAE transferiu para hoje a discussão de três pedidos de empréstimo do Paraná. Um é operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 175 milhões, destinados ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais. Outro, junto ao BID, no valor de US\$ 100 milhões, é para o financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio. O outro

é junto ao "The Overseas Economic Cooperation Fund", no valor de 23,6 bilhões de dólares, para o financiamento parcial do Projeto de Saneamento Ambiental.

A CAE aprovou proposta do senador Esperidião Amin (PPB-SC) transferindo para a Subcomissão de Políticas de Incentivos Fiscais a competência de solicitar ao Paraná informações sobre os protocolos com a Renault e a Chrysler para instalação de montadoras. O requerimento de informações foi apresentado por Requião para instruir votação de pedidos de empréstimo externo para o Paraná.

TCU comunica decisão que proíbe horas extras no BNDES

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC), presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), recebeu esta semana o aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) contendo decisão do plenário daquela Corte acerca de auditoria realizada no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o TCU, os novos contratos de trabalho a serem firmados pelo BNDES não deverão incluir qualquer cláusula que permita a continuidade da prestação de horas extras, mesmo por período determinado. A decisão do TCU teve como relator o minist-



João Rocha, presidente da CFC e ex-senador Valmir Campello e será comunicada oficialmente aos membros da CFC na próxima reunião da comissão.

A auditoria foi realizada a pedido do então presidente da CFC, senador Edison Lobão

(PFL-MA), para avaliar a legalidade e condução administrativa de solução para pendência jurídico-trabalhista relacionada a horas extras existente entre aquele banco e seus funcionários. A matéria analisada pelo TCU refere-se à concessão de horas extras, de forma continuada, a empregados e advogados do sistema BNDES, tendo em vista uma pré-contratação efetuada quando da assinatura do contrato individual de trabalho.

A decisão proíbe prorrogação dos atuais contratos entre o banco e advogados externos e determina licitação.

Senadores prestam homenagem à Marinha

A Hora do Expediente da sessão de ontem foi integralmente dedicada ao Dia da Marinha, por requerimento do senador Romeu Tuma. Acompanharam os discursos o contra-almirante Roberto Ciminelli, comandante do Sétimo Distrito Naval; o capitão-de-mar-e-guerra Afonso Barbosa, assessor parlamentar do ministério; o capitão-de-fragata Caetano Tepedino Martins, assessor parlamentar no Senado; e o também capitão-de-fragata Carlos Augusto de Moura Resende, assessor de acompanhamento legislativo do ministério. O

senador Romeu Tuma enfatizou a importância da Marinha brasileira como instrumento político de afirmação da vontade nacional nos momentos de crise. O senador Romero Jucá lembrou a ação junto às populações ribeirinhas da Amazônia e citou passagens históricas da Armada nacional, "desde a Confederação do Equador até a Balaiada". Os senadores Leonel Paiva e Ney Suassuna também discursaram em homenagem à Marinha, destacando o papel social no interior do país e também a Estação Antártica Comandante Ferraz.



Jucá: população ribeirinha é bem assistida

Tecnologia ajuda a reduzir sofrimento causado por endemias

O senador Romero Jucá (PFL-RR) destacou a importância do programa assistencial da Marinha na região amazônica, desenvolvido pelos navios de assistência hospitalar. Construídos com avançada tecnologia de engenharia naval, eles possuem laboratórios de análises clínicas, realizam exames médicos e distribuem remédios gratuitamente à população das localidades ribeirinhas.

- Quando encostam nas barrancas, formam-se filas enormes de pessoas para tratamento médico e odontológico, tomar vacinas, fazer radiografias e até sofrer pequenas cirurgias. O que seria dessa população, tão sujeita a moléstias tropicais e endemias, que mora a dias e até semanas de distância de um ambulatório ou consultório médico? - questionou.

A participação da força naval na História brasileira também foi abordada por Romero Jucá, que a considerou "imprescindível na luta pela independência nacional, e desde a Confederação do Equador até a Balaiada enfrentou movimentos provinciais de oposição à política imperial".

Ele lembrou que a Armada brasileira manteve o bloqueio do estuário do Prata, de 1825 a 1828, durante a Guerra Cisplatina, e participou da defesa nacional por ocasião da Guerra do Paraguai. Além disso, também atuou nas duas conflagrações mundiais do século XX.



Leonel: a primeira Arma a alistar mulheres

"Navios da esperança" levam assistência à população amazônica

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) afirmou que, além das atividades de defesa, a Marinha tem-se destacado em ações de elevado alcance social e científico. Segundo disse, os navios *Carlos Chagas* e *Oswaldo Cruz*, que atendem às populações ribeirinhas da Amazônia, prestam assistência médica e dentária, realizam exames laboratoriais, além de diagnóstico de doenças tropicais e vacinação contra hepatite e febre amarela.

- Ao realizar um trabalho que só pode ser feito por via fluvial, a Flotilha do Amazonas, encarregada do patrulhamento daquela bacia hidrográfica, é depositária de muito carinho por parte da população local, que cognominou suas embarcações de "navios da esperança", em razão da assistência e do apoio prestados por suas tripulações - ressaltou.

No campo da pesquisa científica, Leonel Paiva destacou a execução do Programa Antártico Brasileiro, que envolve tarefas como o uso do navio *Barão de Teffé* e a manutenção da estação Comandante Ferraz. "Essas tarefas representam instrumentos indispensáveis de apoio às equipes de terra e funcionam como centros de pesquisa no continente e nos mares austrais", acrescentou.

O senador elogiou o pioneirismo da instituição por ser a primeira das armas a admitir, em seus quadros, a participação da mulher brasileira.



Tuma: 95% do comércio são feitos por via marítima

Economia do mar impõe poder capaz de reagir a pressões

Autor do requerimento para que a Hora do Expediente fosse dedicada ao Dia da Marinha, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a presença naval no país constitui um instrumento político de afirmação da vontade nacional nos momentos de crise. No seu entender, diante dos inúmeros benefícios que o mar pode oferecer ao Brasil, é fundamental a existência de um poder naval capaz de reagir a possíveis pressões externas.

- Aproximadamente 75% do petróleo nacional são extraídos do subsolo marinho, perfazendo um total de 600 mil barris/dia, em valores correntes, o que corresponde a 10 milhões de dólares diários. Atualmente, 95% do comércio exterior brasileiro são feitos por via marítima; isso significa algo em torno de 100 bilhões de dólares por ano - destacou.

Romeu Tuma ressaltou o "esforço extraordinário" da Marinha brasileira para desenvolver uma força naval moderna, implementando tecnologias avançadas e investindo na formação e qualificação técnica de pessoal. Nesse sentido, o senador pediu o apoio do Poder Legislativo aos projetos apresentados pelo setor, em particular aquele que trata da construção de submarinos de propulsão nuclear. "Constitui-se, na verdade, em projeto nacional de ciência e tecnologia - tecnologia negada ao Brasil pelas grandes potências", ponderou.

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) parabenizou o senador pela iniciativa de requerer a homenagem.



Suassuna: faltam recursos para trabalhar melhor

O apoio decidido à pesquisa, da Amazônia à Patagônia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou o papel da Marinha na preservação e na soberania das águas territoriais brasileiras - um litoral de 7.408 quilômetros, mais 55.457 quilômetros quadrados de águas internas e toda a área que se projeta a 200 milhas do nosso litoral.

Suassuna observou que esta é uma tarefa gigantesca, para a qual o Brasil não dispõe de recursos suficientes. O senador lembrou que a Marinha exerce outras tarefas altamente significativas para a nação, entre elas o Programa Antártico, que envolve universidades e institutos de pesquisa brasileiros, opera o navio *Barão de Teffé* e encarrega-se da manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz, onde ficam os cientistas brasileiros.

Em aparte, o senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) disse que o discurso de Suassuna representava uma manifestação de apoio da bancada do PMDB à Marinha, ressaltando que se trata de uma instituição da maior importância para o país.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) destacou que, "se a nação deve muito à Marinha, a Amazônia tem uma dívida de gratidão que jamais poderá pagar a essa força". O senador Elcio Alvares (PFL-ES) apoiou o discurso de Suassuna e o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente da sessão, associou-se à homenagem.

Líder do governo destaca que criação da agência representa o fim de um modelo instituído há 40 anos e o início de uma nova etapa, fundamental para o desenvolvimento nacional

Infra-Estrutura acolhe nomes para Aneel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), acolheu ontem, por unanimidade, as mensagens do presidente da República submetendo à apreciação do Senado a escolha dos nomes dos engenheiros Jaconias de Aguiar e Luciano Pacheco Santos para diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica



Freitas Neto preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que analisou mensagens do Executivo

(Aneel). A decisão ainda depende de deliberação do plenário da Casa, o que deverá ocorrer ainda esta semana.

Freitas Neto registrou a presença, no plenário da comissão, de José Mário Miranda Abdo, Eduardo Ellery e Afonso Henriques, respectivamente diretor-geral e diretores-conselheiros da Aneel já indicados por livre escolha do Executivo. O senador lembrou que, dos cinco membros da primeira diretoria da entidade, pela legislação somente dois devem ser submetidos à aprovação do Senado.

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE), relator de uma das mensagens, destacou o

perfil profissional do mineiro Jaconias de Aguiar, que, conforme acentuou, exerceu "relevantes funções em empresas do setor elétrico", como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Companhia Energética do Ceará (Coelce) e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba).

Já o senador Otoniel Machado (PMDB-GO), relator da outra mensagem, salientou que o pernambucano Luciano Pacheco Santos, além de formação específica em Engenharia Elétrica, "é uma pessoa de grande experiência na área onde deverá atuar", pois exibe extensa folha de serviços prestados ao

setor. "Também participou do processo de *urvição* das tarifas com o advento do Plano Real e tem participado ativamente de todas as mudanças ocorridas no setor elétrico", disse o senador.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que preferiu não fazer qualquer interpelação, disse que "a criação da Aneel representa o fim de um modelo instituído há 40 anos e o início de uma nova etapa, que será fundamental para o desenvolvimento nacional".

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) quis saber como ficariam o controle tarifário e a qualidade dos serviços, principalmente por parte das peque-

nas empresas, após o processo de privatização do setor energético. Em resposta, Jaconias de Aguiar reconheceu que a questão "será um grande desafio" e que a Aneel, como órgão regulador, "terá seguramente muito trabalho, mas vai atuar no sentido de que o consumidor pague um preço justo".

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) pediu aos diretores para que a Aneel "fique de olho para evitar o que ocorreu no Espírito Santo, onde a privatização resultou em demissão e na queda de qualidade dos serviços". Ao ser informado de que o problema já está sendo contornado, Camata disse que "a situação estava tão tumultuada e caótica que, se não melhorasse logo, teria sido melhor que mandassem desligar tudo".

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), por sua vez, disse não ter dúvida de que, pela "indicação técnica e sem compromisso político, os diretores da Aneel se comportarão de acordo com as expectativas".

Legislativos estaduais trazem pleito a ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem os dirigentes da União Nacional de Legislativos Estaduais, que aproveitaram o encontro para pedir o apoio do senador para "duas bandeiras de reivindicações" da categoria, na definição do deputado distrital brasileiro Geraldo Magela, presidente da entidade.

Os deputados estaduais brasileiros estão pleiteando uma redivisão das atribuições entre os três níveis de poder legislativo (Congresso Nacional, assembleias e câmaras de vereadores), bem como um tratamento uniforme para a questão previdenciária, a exemplo do que já existe em relação à remuneração dos parlamentares.

De acordo com o presidente

da União dos Legislativos Estaduais, os deputados fizeram questão de cumprimentar o senador Antonio Carlos Magalhães "por sua luta na defesa do Legislativo e para a projeção do trabalho desse Poder, em nível nacional". Geraldo Magela também entregou ao presidente do Senado as conclusões de cinco seminários regionais em que os deputados estaduais debateram os problemas da segurança pública do país, como contribuição para as discussões que ocorrem no Congresso sobre o tema.

Com relação aos pleitos dos legislativos estaduais, Magela informou que Antonio Carlos propôs "a realização de um encontro entre as mesas dire-



Antonio Carlos recebe dirigentes da União de Legislativos Estaduais

toras da Câmara e do Senado, juntamente com as mesas das assembleias estaduais, a fim de debater essa revisão nas esferas próprias para o trabalho legislativo". A questão da previdência parlamentar, por ou-

tro lado, terá de ser tratada a partir da Câmara dos Deputados, já que o Senado concluiu seu trabalho na apreciação da proposta de mudanças nessa área, acrescentou o senador.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a revisão constitucional e o possível apoio do PMDB à candidatura FHC (representação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com o consultor de empresas Alexandre Barros sobre os perigos dos ataques especulativos ao Real (representação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Pedro Simon (representação)
- 10h - Sessão plenária extraordinária (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos (gravada)

- 20h30 - "Congresso Hoje"
 - 20h40 - "Senado em Pauta"
 - 21h - Sessão plenária (representação)
 - 1h - Debate com o consultor de empresas Alexandre Barros (representação)
 - 2h - "Jornal da Amazônia"
 - 2h30 - Sessão plenária (representação)
 - 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
 - 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)
- Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Sessão deliberativa extraordinária
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Substitutivo de Rocha propõe 23 supressões ao texto votado na Câmara, para ampliar os direitos dos consumidores, mas Romero Jucá defende a necessidade de o projeto não perder as características de regulação de mercado

Votação dos planos de saúde fica para janeiro



Lobão lembra o político mineiro

Edison Lobão anuncia livro com artigos de Pedro Aleixo

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou o lançamento hoje, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, do livro *Pedro Aleixo - Jornalista*, patrocinado pelo jornal *Estado de Minas*. Pedro Aleixo, além de advogado e professor, foi vice-presidente da República e presidente da Câmara dos Deputados nos anos sessenta, quando foi deposto pelo governo militar no momento em que poderia constitucionalmente assumir a Presidência da República.

Segundo Edison Lobão, trata-se de uma coletânea de artigos e depoimentos dispersos e em números diferentes de edições produzidas por Aleixo, no seu trabalho jornalístico, reunida num único volume. "O *Estado de Minas*, um dos mais conceituados órgãos dos Diários Associados, foi de grande felicidade ao patrocinar a publicação, propiciando ao país a oportunidade de abrigar, em mãos de leitores e de bibliotecas, os artigos dos quais aflora o talento privilegiado do grande filho de Minas Gerais", disse Lobão.

O livro será lançado também em Minas Gerais na oportunidade em que se comemoram o centenário de Belo Horizonte e os setenta anos do *Estado de Minas*.

Foi adiada para janeiro a votação do substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamentos de determinadas doenças pelos planos de saúde. A matéria, relatada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), iria ser apreciada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo informou o senador Romero Jucá (PFL-RR), autor de voto em separado, o projeto será votado tanto na CAS quanto no plenário durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional:

- Não queremos quebrar o processo, votar de afogadilho na comissão e depois não ter condições de votar em plenário - esclareceu o senador.

Indagado sobre se o adiamento tinha por objetivo permitir uma negociação melhor em torno da questão, Jucá respondeu:

- A nossa negociação é o que está colocado. É demonstrar que as propostas de Sebastião Rocha são ótimas mas irrealis, inexequíveis a nível de mercado - completou.

Romero Jucá justificou o adiamento dizendo que as mudanças, se acatadas, inviabilizarão os planos

Jucá acrescentou que possivelmente a convocação extraordinária começará no dia 6 de janeiro.

O substitutivo de Sebastião Rocha propõe 23 supressões

ao texto votado na Câmara, para, segundo sustentou o relator, ampliar os direitos dos consumidores e propiciar um maior equilíbrio de forças entre operadores e consumidores de planos e seguros. Já Romero Jucá defende a necessidade de o projeto não perder as características de atuação e regulação de mercado:

- Na CAS, defenderei a permissão básica de uma regulamentação clara, dura, que exemplifique os direitos e deveres e as obrigações dos planos de saúde e de seus usuários, mas, jamais, uma camisa-de-força que engesse esses planos e retire do mercado milhares de brasileiros que são atendidos, no momento, por esses planos - anunciou o senador em plenário.

Decisão foi consensual, diz Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que, após entendimentos das lideranças da Casa com o presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Ademir Andrade (PSB-PA), a votação do projeto de regulamentação dos planos de saúde foi adiada com o objetivo de encontrar um ponto de equilíbrio que venha ser o

melhor para a sociedade como um todo.

- Quanto a mim, enquanto relator do projeto, continuo com a disposição de buscar esse entendimento para que possamos votar nesta Casa uma lei que tenha como objetivo básico a justiça social e também preservando o equilíbrio financeiro das operadoras dos planos e seguros de saúde - afirmou.



Rocha: lei com justiça social

CAS aprecia mudanças no FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 10h de hoje para apreciar diversos projetos de lei, a maioria em caráter terminativo. Entre eles está o de autoria da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que visa permitir a movimentação da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV. Também sobre o FGTS é o projeto do senador Fran-

celino Pereira (PFL-MG) que trata da movimentação desse fundo pelos servidores públicos quando houver mudança de regime jurídico.

Projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que trata da negociação coletiva de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também consta da pauta da CAS. Outro projeto que será votado é o que dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de

telefones celulares, com parecer favorável do relator, senador Antônio Machado (PMDB-GO).

SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Constam da pauta, ainda, o projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que dispõe sobre o serviço voluntário e o que dispõe sobre a criação de comissões intersindicais de conciliação (CICs), do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).



Abdias: homenagem da OAB

Luta de Abdias pela igualdade é reconhecida

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) cumprimentou o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) pelo recebimento da menção honrosa do Prêmio Franz de Castro Holzwarth/1997, concedida ontem ao senador fluminense pela seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, em função da sua luta em favor da igualdade racial. Sebastião Rocha disse que esse prêmio foi instituído em 1982, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, com o propósito de laurear, anualmente, aqueles que se destacam na defesa intransigente dos direitos humanos.

O senador informou que a denominação do prêmio é uma homenagem ao advogado Franz de Castro Holzwarth, metralhado pela polícia em fevereiro de 1981, quando era levado num carro como refém por presos amotinados da Delegacia de Jacareí, São Paulo, aonde fora chamado para atuar como mediador.